OS PORTUGUESES NA CIDADE: TRABALHO E COTIDIANO (BELÉM – 1900)

Maria de Nazaré Sarges

O novo "século das luzes", assim foi denominado o século XX, refletiu na Amazônia, em especial em Belém, os signos da modernidade rascunhada de acordo com o discurso da civilização, impulsionada pela administração de Antonio Lemos que representava uma nova ordem política e econômica desde o final do século XIX.

A vinculação da Amazônia a uma economia global que atingia fronteiras intocadas e derrubava barreiras consideradas intransponíveis, como a densa floresta e os enormes rios amazônicos, propiciou a construção de uma nova tessitura do urbano, transformando o centro da cidade em um espaço moderno e civilizado, entenda-se bonito e asseado. Era preciso vincular a cidade de Belém, em especial, à República, regime que representava a modernidade, colocando um ponto final na "letargia da monarquia" ou na "barbárie da escravidão". É notório que a instituição do regime republicano gerou uma verdadeira batalha simbólica, conforme registra o historiador Murilo de Carvalho, ao apontar a necessidade de troca de símbolos, como o hino, a bandeira, os heróis, assim como a mudança de nomes de ruas e de estabelecimentos que lembravam a extinta monarquia. Novas imagens passaram a representar o novo regime, a exemplo das figuras de mulheres francesas, numa tentativa de redesenhar uma nova Nação.

O início do século XX representou não somente os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, a ampla gama de utensílios domésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão e tantos outros inventos tão importantes[1], mas também a perda de grandes ícones da cultura universal, como o compositor italiano Giuseppe Verdi, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche e o escritor português Eça de Queiroz, em Paris[2].

Mas, o que acontecia com a principal cidade do vale amazônico? No período de 1890 a 1900 surgiram inúmeras fábricas, entre as quais, a "Fábrica Palmeira", que produzia açúcar, biscoitos, caramelo etc., a "Fábrica de Cerveja Paraense" e a "Fábrica Perseverança", que produzia fibras e cordas. Ocorreram alterações acentuadas na estrutura social, pois o comerciante português e a burocracia

1 SEVCENKO, 1998: 3, 514.
2 SEVCENKO, 1998: 3, 514.

administrativa que participavam da dominação política, durante as primeiras décadas do século XIX cederam lugar ao "coronel da borracha", aos financistas e aos exportadores, frações estas cujos interesses específicos o Estado garantia, por excelência, pois os governantes interessavam-se em captar os impostos sobre o volume exportado[3]. Ícones do "novo tempo" foram erguidos no espaço público, como os quiosques, com a finalidade de vender a retalho determinados produtos, excluindo os alimentícios, para não prejudicar o asseio e a higiene pública, as belas praças e o bosque, pois o intendente almejava, com a arborização da cidade, além da estética, a necessidade de criar locais salubres e higiênicos. O apelo modernizador era tão forte que a Intendência mandou buscar equipamentos fora do Brasil para o embelezamento das praças; os equipamentos da praça Batista Campos, por exemplo, foram importados da Alemanha.

Lemos enfatizava que "quanto mais se torna eficaz o saneamento duma cidade, maiores encantos e segurança adquire ela e mais atraente se faz para os visitantes estrangeiros"[4]. E para comprovar o quanto estava certo na sua política de embelezamento da cidade, ele transcreveu em um de seus relatórios o emocionado depoimento da escritora norte-americana Mary Robinson Wright, prestado a um colaborador de *A Província do Pará*: " Não se retire antes de eu testemunhar-lhe o meu contentamento pela formosura das praças de Belém, pelo asseio de suas vias públicas e particularmente pela delícia inenarrável que desfrutei visitando o Bosque Rodrigues Alves [...] Disseram-me que isto tudo, esta beleza de urbs é obra do Senador Antonio Lemos. Felicite-o vivamente em meu nome, já que não me resta tempo de o cumprimentar em pessoa, como desejava"[5].

Antonio Lemos considerava que uma cidade moderna deveria possuir um sistema de transporte eficiente. Ele muito reclamava por esse serviço à Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense. Seu objetivo era implantar um sistema elétrico, visto que ainda naquela ocasião os bondes eram puxados por mulas. Os serviços de transportes em Belém começaram em 1868 quando James Bond obteve, por meio da Lei n. 585 de 23 de outubro, a concessão pelo prazo de 30 anos para explorar as linhas urbanas. Posteriormente, esse serviço passou a ser explorado pela Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, que ampliou as cláusulas obtidas por James Bond, e passou a atingir as ruas de bairros mais distantes, como Pedreira, São Braz, Telégrafo, Guamá, Reduto e Umarizal.

Nessa nova cenografia, na área comercial agora pavimentada e embelezada, encontravam-se as grandes casas aviadoras, os bancos e as lojas *chics* com produtos vindos da Europa e que eram consumidos avidamente pela elite endinheirada. A nova elite econômica, com destaque para os seringalistas, escolheu a cidade de Belém como base de suas atividades econômicas, transformando-a em centro financeiro e também de consumo, luxo e divertimentos.

---

3 SARGES, 2002: 53.
4 LEMOS, 1903: 96.
5 LEMOS, 1908: 32.

Nada mais emblemático do que a casa Paris N'América, cujo prédio em estilo eclético e com marcas do *art nouveau*, ainda resiste ao tempo e ergue-se como um símbolo daquela época em que a memória popular fala dos prazeres e excessos da elite da borracha, e tantas outras, como a loja *Petit Paris* que sempre estava a anunciar as "peças de fazendas ricas e modernas da última moda de Paris, Londres, Roma, Viena e Berlim...". Os jornais eram ricos em anúncios de produtos, alguns considerados "esquisitos" e outros supérfluos.

A favorável condição econômica da alta sociedade possibilitou também que fossem trazidas para Belém as mais importantes companhias teatrais e musicais, especialmente da Itália, França e Espanha. A importância da ópera para a elite local pode ser avaliada pelo número de peças encenadas no Teatro da Paz e pelo minucioso comentário dos jornais sobre esses eventos e o desempenho dos artistas. A presença de autoridades, ricos comerciantes e intelectuais – e o modo como estavam trajados – servia de termômetro do prestígio das companhias e da elite local. Ir ao teatro, além de uma opção de lazer, era um sinal de elegância e distinção social, o que levava a uma identificação com o comportamento cultural da elite européia.

Mas, as companhias estrangeiras não freqüentaram somente os palcos do Teatro da Paz, pois era comum, após a temporada em Belém seguirem para exibição no Teatro Amazonas, onde a elite amazonense numa demonstração de satisfação pela lírica, também se exibia em suas roupas importadas.

Em todo esse processo modernizador, o modelo adotado foi o europeu – Paris. Em vista disso, o francês foi a língua que a elite escolheu como um dos referenciais identificadores da civilização nos trópicos. Os costumes e gostos franceses transformaram-se em símbolos da gente *chic* que circulava pelos teatros, cafés, livrarias e pelas ruas pavimentadas e arborizadas da cidade, mesmo representando um impacto nos hábitos e costumes das camadas que estavam à margem do próspero comércio da borracha.

No ano de 1900, páginas inteiras dos jornais anunciavam por meio de seus classificados não apenas os mais recentes produtos chegados da Europa, mas também trabalhadores oferecendo seus serviços, como o guarda-livros, o leiloeiro, o alfaiate, a madame portuguesa que lecionava em seu *atelier* cortes de vestidos, o encadernador[6], além do professor "estrangeiro recém-chegado falando alemão, francês, inglês, russo, húngaro e italiano..." que procurava um emprego no comércio ou numa casa particular, não fazendo exigências de grande ordenado visto falar ainda pouco o português[7]. Ao lado dessas ofertas de serviços havia anúncios oferecendo trabalho àqueles que se enquadrassem, por exemplo, como criado de armazém, caixeiro, cozinheira.

As transformações da cidade afetaram em cheio o cotidiano dos trabalha-

---

6 SALLES, 1992: 166. Segundo o autor, desde a década de 70 trabalhavam em Belém inúmeros técnicos estrangeiros especializados, inclusive com duas 'fábricas' de piano e dois organeiros estabelecidos.

7 *DIÁRIO de Notícias*, 1890: 1.

dores pobres, que tiveram de adequar sua forma de vida aos novos implementos econômico-sociais e político-culturais que davam cara nova à cidade. Assim, novas profissões surgiram, ou ainda permaneceram, enquanto outras se extinguiram.

Mas, nem sempre os trabalhadores adequavam-se às novas imposições que o momento apresentava. Isso contribuía para a eclosão de problemas com o governo, principalmente em conseqüência do não cumprimento das diretrizes impostas pelo Código de Posturas Municipais. As novas regras invadiam, muitas vezes, a privacidade dos moradores da cidade e impunham padrões culturais e de comportamentos, levando os trabalhadores a desenvolverem subterfúgios para escaparem dessas pressões, ao mesmo tempo em que mantinham relações de amizade ou inimizade, companheirismo ou agressão... Foi um período marcado por problemas entre patrões e empregados, ou entre estrangeiros e nacionais, por questão de nacionalidade ou por disputas de mercado de trabalho. As diferentes facetas dos trabalhadores e a imprevisibilidade de suas ações davam um aspecto particularmente interessante à cidade de Belém.

Contudo, havia os laços de solidariedade que as autoridades locais mantinham com a pátria portuguesa. Por ocasião do centenário do descobrimento do caminho marítimo para as Índias, por exemplo, o governador do Pará, José Paes de Carvalho, decretou feriado nas repartições públicas, atitude seguida também pelo intendente Antonio Lemos, chefe da comuna de Belém. O senador José Marques Braga, presidente da Associação Comercial, solicitou à praça comercial que não abrisse as casas. As ruas de Belém foram ornamentadas pelos caixeiros e operários portugueses. As casas particulares também foram enfeitadas, como os armazéns de Cunha Cerqueira & C., localizados na rua Quinze de Novembro, e de instante em instante eram estourados morteiros e foguetes. Esse cenário está destacado, neste momento, apenas para lembrar as relações institucionais de extrema gentileza e solidariedade que existiam entre brasileiros e portugueses. Enquanto isso, nas ruas da cidade, os portugueses trabalhadores da informalidade experimentavam o peso da lei e a disputa com os nacionais.

Os periódicos portugueses registram que depois dessa fase de euforia a colônia portuguesa entrou numa fase apática, tanto que se mostrou indiferente às comemorações centenárias do descobrimento do Brasil, em 1900. Nesse mesmo ano, o Grêmio Literário Português passou a chamar-se Grêmio Literário e Comercial Português, época em que abrigava cerca de 28 mil volumes, em português, francês, italiano, espanhol, alemão, grego e latim, além de administrar aulas primárias de português, aritmética, desenho, história e geografia. A comunidade lusitana entendia que o Grêmio deveria adequar-se às necessidades pedagógicas da Colônia e transformar-se em uma entidade moderna de educação, por isso converteu-o em Grêmio Português de Educação, considerando que "os patrícios continuam a vir de todo analfabeto para o exterior"[8].

8 *O PARÁ*, 1920.

Mas, a colônia portuguesa sempre esteve envolvida nesta ação corporativa e mutualista, desenvolvendo estratégias de solidificação de uma certa identidade lusitana por meio de criação de associações como o Grêmio Literário Português ou de gazetas, como *O Luzitano, A Colônia Portuguesa,* entre outras.

Em 1854, vários portugueses se juntaram para a construção da Beneficente Portuguesa, cuja concretização ocorreu somente em 1867, ao final do qual contava com 1060 sócios. Ao lado do hospital criaram o Asilo Português de Infância Desvalida, que se incorporou à Beneficente em 1875. Ao completar 50 anos, a Beneficente Portuguesa instalou-se na Avenida Generalíssimo Deodoro, cuja construção foi concluída em 1906, abrindo-se ao público no dia 20 de abril do mesmo ano, quando congregava mais de 3 mil sócios.

Em 1898, foi criada a Associação Vasco da Gama, sendo a maioria dos sócios provenientes do comércio e tendo por objetivo o socorro médico, apesar de também prestar atendimento a funerais, além de fornecer medicamentos e até passagens para Portugal. Na década de 1900, precisamente no ano de 1908, o jornal *A Província do Pará* inseriu, na sua primeira página, um apelo à colônia lusitana sobre a necessidade de socorrer aqueles que por doença ou outras razões ponderáveis devessem regressar à pátria. A ação da Liga Portuguesa de Repatriação foi tão eficaz que sua primeira diretoria chegou a repatriar 239 portugueses, e em conseqüência, acabou sendo reconhecida pelo governo belenense como benemérita da República.

No início dos anos 1900, o Estado do Pará recebeu um expressivo contingente de imigrantes portugueses. Alguns vinham com passagem subvencionada e embarcados, a maioria, pelo porto de Leixões. Sob o forte apelo da propaganda imigrantista do governo paraense, os portugueses, chegando à cidade de Belém, não demonstraram interesse em se fixar no campo, como determinavam os contratos de trabalho, visto que pouquíssimos eram lavradores. Na cidade, eles exerceram várias atividades, desde vender peixes pelas ruas até carregar pianos ou lavar casas de pessoas ricas, embora muitas vezes tenham se tornado donos de estabelecimentos comerciais.

A obrigatoriedade de matrícula de empregados e as constantes multas imputadas às desobediências geraram uma série de protestos naquela época. No ano de 1900, a Intendência foi procurada por uma comissão de caixeiros cuja exigência era a revogação da taxa de 10% que incidia sobre os vencimentos dos empregados no comércio. Em outros momentos, essas insatisfações foram estampadas com mais ênfase. Os verdureiros, por exemplo, na época, chamados "horteleiros", insurgiram-se contra as medidas municipais, e lideraram uma greve em 1902, quando se recusaram a pagar os impostos à municipalidade. Esses mesmos vendedores ambulantes de hortaliças, também reclamaram contra a Lei n. 411 de 16 de junho de 1905, que os obrigava a comprar carrinhos da Empresa Americana de Veículos para a venda de seus produtos.

Outro confronto com a polícia ocorreu na greve dos carroceiros portugueses, em 1907, em meio a um protesto contra a taxa pelo exercício da profissão e a monopolização das atividades destes trabalhadores pela referida empresa,

além do tumulto de 1911, no Largo da Pólvora (atual Praça da República), contra a nova tabela de preços pelo serviço de automóveis. Este confronto foi decorrente da intolerância de Lemos aos vendedores ambulantes, expressada em seu Relatório de 1906: "Ninguém negará o feio dos veículos até há pouco empregados em Belém para a venda ambulante de vários gêneros de consumo. Em sua maioria de ridículas traquitanas, donde haviam sido banidos todos os preceitos de asseio, sem falar dos "clássicos" tabuleiros, sobre os quais esvoaçavam moscas insidiosas, transmitindo toda espécie de sujidade aos frutos e doces oferecidos ao consumo público"[9].

Naquela época, o exercício dessa atividade era bastante instável, pois além da disputa entre si, compelidos por necessidades imediatas de sobrevivência, os trabalhadores informais ainda tinham de se defrontar com o que pensava um administrador que repugnava as práticas ditas incivilizadas.

A presença marcante dos ambulantes na documentação pesquisada evidenciou situações em que trabalhadores não-qualificados encontravam-se arengando entre si. Houve, inclusive, casos, como o de uma cozinheira esbandalhar o cesto de compras na cara do carregador português[10], e o caso de: "Antonio Vasques, português, ambulante, ofereceu um abacate para uma moça. Ela aceitou, mas ao olhar para a fruta achou que a mesma estava estragada e devolveu-a a Antonio. Ele não gostou do ato e jogou o abacate na cara da senhora"[11].

Havia também situações em que os trabalhadores estavam na mira da fiscalização cotidiana. Os leiteiros, por exemplo, sempre apareciam infringindo o art. 54 do código de posturas municipais. Eles colocavam água no leite, às vezes, tapioca[12], aliás, eram freqüentes essas autuações porque os leiteiros eram apontados como contumazes falsificadores do produto que vendiam aos moradores da cidade. O vendedor de leite também deveria "vestir-se com limpeza, usando camisa branca de mangas curtas quando estiver mugindo o leite, a trazer o animal limpo e bem nutrido, a empregar somente medidas decimais aferidas rigorosamente asseadas, não podendo trazer outra vasilha de medir se não aquelas"[13].

A burla do controle do Serviço Sanitário expressava quão os trabalhadores usavam de artifícios no ato da matrícula obrigatória como registra o caso de um cidadão português e vendedor de café chamado de João Marques de Figueiredo que utilizou depois de algum tempo outro nome e desta vez, dizendo trabalhar no comércio. Constatado o crime de "falsidade ideológica" o médico exigiu ao Intendente "o castigo necessário a fim de cessar semelhante burla que *freqüentemente* se reproduzia"[14].

---

9 LEMOS, 1906: 107.
10 *DIÁRIO de Notícias*, 1897: 2.
11 *FOLHA DO NORTE*, 1900: 2.
12 *FOLHA do Norte*, 1897: 3.
13 APEP – *Código de Polícia Municipal*, 1900.
14 APEP – *Secretaria Municipal de Belém. Fundo: Serviço Sanitário*.1915. Ver também sobre controle da vacinação obrigatória RODRIGUES, 2008.

No universo do trabalho na cidade, a paisagem urbana era constituída por diversos tipos, desde o sorveteiro italiano que foi proibido de mascatear no largo de Sant'Anna por não ter pagado a licença até o português de tamancos que vendia leite nas portas das casas ou do aguadeiro que percorria a cidade como descreve Marques de Carvalho no romance *Hortência:* "Era um português de farto bigode louro e cútis tostada pelos ardentes ósculos de sol. Gotas de suor brilhavam-lhe na testa, por baixo do chapéu de palha do Chile, e na ponta do nariz. Assoviava ternamente uma canção popular de Traz-os-Montes cuja letra começa assim: "Quando eu quis, tu não quiseste"[15].

O controle social compreendia, naquele momento, todas as esferas da vida do sujeito e ganhava uma dimensão que extrapolava a nacionalidade. Foi o que aconteceu em 1903 quando o português João Rodrigues Ramos juntamente com o espanhol Manoel Gailardo combinaram de espancar um certo fiscal apelidado por eles de "fiscal preto", agressão que resultou no indiciamento dos dois estrangeiros na condição de "ferimentos leves". Essas provocações aos homens de farda eram recorrentes no cotidiano da cidade. Segundo o registro de Autos-Crimes de 1902: "O português Antônio Leal Junior adentrou numa loja do Reduto (bairro) e falou a todos os presentes que todos os "praças" eram caloteiros. Um "praça" presente no estabelecimento, descrito como "paciente" (talvez fosse alguma denominação para alguma patente da polícia) retrucou defendendo-se, o que gerou uma luta corporal entre ambos"[16].

Em outros momentos, o conflito era motivado pelo excesso de taxas que os comerciantes também eram obrigados a pagar à Intendência. Um caso enquadrado pela polícia como ferimentos leves foi o que aconteceu envolvendo o comerciante português José Paulino, o qual foi acusado de bater com uma tábua no indivíduo João Pedro Bezerra por este ter entrado em seu comércio pedindo esmola. O comerciante negou o pedido, alegando que tinha acabado de pagar o imposto da Intendência, que cobrava 15% para o asilo de mendicidade. Segundo o proprietário, diante da negação, o pedinte tentara furtar umas roupas que estavam na janela de sua casa (localizada ao lado do comércio), o que foi desmentido pelo mendigo que o acusava de agressão com uma tábua de barril.

As tensões com o poder público eram constantes naquela época. Houve um incidente que aconteceu com o português José Maria Cabral, comerciante, que tendo comprado um botequim localizado no bairro do Reduto, fora intimado por uma autoridade a fechá-lo sob o pretexto de ser o botequim um foco de imoralidade e de desordeiros, além do pouco asseio que apresentava. Embora multado em cem mil réis, o comerciante acabou sendo dispensado por não ter meios para quitar a dívida, mas o seu botequim não escapou de ser fechado até ulterior deliberação do chefe de polícia[17].

---

15 CARVALHO, 1997: 48.

16 CMA – *Autos-crimes,* 1902.

17 APEP – *Auto de perguntas,* 1903

As vivências das classes trabalhadoras podem ser reconstituídas naquele espaço de vivência social, envolvendo várias situações de conflitos. Os portugueses, por exemplo, constantemente eram encontrados em variadas situações de luta, como foi o caso de José Simões Reis, que contratou um capataz para espancar o padeiro Jacinto, seu ex-funcionário, sob a acusação de que a vítima tinha uma séria dívida com ele. Mas havia também, naquele espaço conflituoso, desavenças entre portugueses e espanhóis, conforme o registro do Tribunal Correcional, em 1909: "Cardama Castro e outros espanhóis proprietários de hotéis estavam insatisfeitos com o sucesso dos hotéis pertencentes aos portugueses citados no processo. Por isso, agrediram um funcionário de um dos hotéis e ameaçaram os proprietários, amedrontando-os quanto a possíveis agressões. Os portugueses se uniram e denunciaram o fato a polícia; no dia seguinte Castro publicou uma nota no jornal *A Província do Pará* invertendo a situação a fim de confundir a população, afirmando que os portugueses citados estavam ameaçando-o de agressão. Então, Cardoso, Rocha e Fernandes (portugueses) entraram com um processo de injúrias impressas e calúnia contra Castro"[18].

Essa citação evidencia que, em lugar da luta física, os estrangeiros, talvez por serem comerciantes, resolveram enfrentar a disputa na justiça. No entanto, havia formas de provocações que envolviam os rixosos motivados por ciúmes ou decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas no espaço de lazer. Em certa situação ocorrida em um bar/pensão da cidade, um bolieiro e dois comerciantes portugueses que se encontravam no local tomando uma cerveja resolveram "galantear" duas mulheres de outra mesa, situação que desencadeou uma briga generalizada, pois havia homens na mesa das mulheres. Durante o confronto, um dos acusados acertou a cabeça de um tal Zeferino com uma garrafa e embora a vítima tentasse fugir, foi atacada com murros e pontapés. Esta confusão resultou na morte de Zeferino, três dias depois. Todos os acusados foram enquadrados em crime de homicídio.

A documentação criminal também registrou uma outra briga ocorrida entre um português e um passante por motivo de estratégias de venda no mercado de trabalho, caso publicado na *Folha do Norte* (1900), sob o título "A Luta pela vida". Segundo o jornal, um caixeiro português que trabalhava numa loja próxima ao Ver-o-Peso denominada "Queimação", envolveu-se em confusão com um transeunte ao insistir para que este entrasse na loja para ver os preços, uma prática muito comum nas ruas do comércio. A propaganda e a disputa pelos fregueses fora da loja resultavam muitas vezes em confusão, sobretudo porque havia um amontoado de caixeiros nas ruas do centro comercial.

Esse flagrante conflituoso se repetia, às vezes, com certo ar pitoresco e comezinho. Houve uma situação que envolveu a portuguesa Rita Rosa que ao ver na rua uma galinha pertencente à Margarida dos Santos, pegou-a, matou-a e cozinhou-a. Após isso, colocou a galinha à venda e passou a fazer propaganda

[18] CMA – *Autos-crimes,* 1909.

enganosa sobre esta, atribuindo qualidades que a tal galinha não possuía. Margarida queixou-se à polícia sobre esse fato.

Em alguns casos, os envolvidos competiam pela obtenção de um instrumento de trabalho, essencial para a sua sobrevivência, a exemplo do enquadramento do carroceiro Francisco Lopes no crime de furto de um carrinho de rua, ocorrendo também quando um lusitano tinha uma de suas vacas roubadas, conforme a denúncia de um proprietário de vacaria[19], lembrando que esta estratégia de sobrevivência ocorria quando o indefeso invocava um pouco de poder para tomar o que precisava daqueles que no mundo do trabalho eram considerados "afortunados".

Esses relatos revelam que, na disputa pela sobrevivência, sobressaíam-se os conflitos de nacionalidade, visto que sempre o estrangeiro, em especial, o português, era quem disputava o mercado de trabalho com os nacionais pobres ou quem era considerado "explorador" quando era proprietário, seja comerciante ou dono de casa de aluguel. Chalhoub identifica com clareza esse problema na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, quando registra que "entre os populares, os portugueses carregavam, sem dúvida, o estigma de avarentos ou exploradores, o que na verdade apenas refletia a situação real de predominância portuguesa no pequeno comércio da cidade"[20].

Um caso provocador dessas hostilidades foi relatado por um dos periódicos da cidade, sob o título "Judas nos Tamoyos": "Na rua dos Tamoios, entre Tupinambás e Jurunas, vive um cidadão português que não tem e nem procura ter maior intimidade ou proximidade com os vizinhos. Cuida de seus afazeres e não liga pro que acontece ou está ao seu redor. Na frente da casa do dito cidadão, moram uns indivíduos que não gostam dele. Por isso, resolveram, pela segunda vez, fazer uma brincadeira: produzir um boneco de Judas e colocá-lo na janela do português. Porém, desta vez, o lusitano abriu a janela e deu vários tiros de espingarda, produzindo uma confusão e ferindo um dos autores do boneco"[21].

As relações conflituosas ocorridas naquela época são reveladoras de experiências cotidianas da classe trabalhadora, de seu espaço de luta, pois nem sempre "as relações de vida dos agentes sociais expropriados são sempre relações de luta, e não se restringem aos movimentos reivindicatórios organizados"[22]. Em certas situações muito peculiares do mundo do trabalho, podem ser encontrados gestos de solidariedade. Houve um caso que envolveu um ambulante português que após vender uma xícara de café a um indivíduo e este não pagar, entrou em atrito com o freguês, sendo preso e espancado por praça da polícia. No caminho da delegacia, a prisão do português foi marcada pela interferência de populares que se colocaram contra a prisão do ambulante[23].

---

19 CMA – *Autos-crimes,* 1900.
20 CHALHOUB, 1986: 76.
21 *FOLHA do Norte*, 1900: 2.
22 CHALHOUB, 1986: 31.
23 APEP – *Auto de perguntas,* Belém, 29 de Agosto de 1906.

Por outro lado, naquela época, com certa freqüência, eram publicados anúncios em jornal que explicitavam a preferência portuguesa para determinado ofício, conforme publicado em *A Província do Pará* (1908): "Em casa de Manoel Jorge Pereira Junior & Cia. precisa-se de um rapazinho chegado recentemente da Europa, que deseje empregar-se no comércio, é para a vila de São Miguel do Guamá".

Também havia oferta de empregados: "Oferece-se um criado chegado há pouco de Lisboa, com prática de jardim e de casa particular ou para servente de qualquer escritório; quem pretender dirija-se á estrada de São Jeronymo n.º 155"[24].

O universo daquela época também refletia o exercício do jogo da política. Desde 1896, os operários portugueses já se reuniam para a escolha de seu representante no congresso internacional que se realizaria em Londres. Esse jogo também podia ser observado quando um elemento com mais consciência de classe, lançava um manifesto à classe caixeiral constituída em sua maioria por indivíduos de nacionalidade portuguesa. Vale a pena ler essa peça:

> Caixeiro!
>
> O que se entende por caixeiro?
>
> Uns, entendem por empregado de casa de negócio. Outros, por gerente de seus negócios, e ainda outros por mecânico que faz caixas.
>
> Caixeiro, de que tratamos nessa ocasião, é o que se entende por empregado de casa de negócio; e assim mesmo, sobre este tratamento ainda há muito modo de pensar. Os patrões severos consideram os seus caixeiros como um escravo; tratam-no como um carregador de rua; privam-no de se colocar junto a si em uma mesa de jantar, proíbem-no de passear, até nas únicas horas de descanso que tem; censuram-no se intervém em suas conversações; enfim, procuram esmagar a classe caixeiral colocando-a no mais ínfimo grau de posição. No entanto que os patrões de caráter sincero tratam seus caixeiros como amigos; convidam-nos para todas as festas que fazem em suas casa, conversam com eles; pedem-lhe o seu parecer; enfim, consideram o seu caixeiro como uma pessoa indispensável em seus negócios.
>
> É o que sucede a mim, que tenho patrões de caráter sincero, sou estimado por todos, tratado com consideração pelos meus patrões e até não posso admitir que, quando convido um colega para passear, ele me diga, não! Não posso, porque o meu patrão privou-me de sair hoje. Oh! Homem sem raciocínio! Pois não vês que o teu caixeiro tem o mesmo direito de se divertir como tu? Oh! Isso é intolerável[25].

O manifesto ainda faz lembrar o sapateiro politizado da Inglaterra no século XIX[26], que conhecia o valor da independência e tinha ampla autonomia

24 *DIÁRIO de Notícias*, 1888: 1.
25 *DIÁRIO de Notícias*, 1889: 1.
26 HOBSBAWM, 1998: 54.

de comparar sua relativa autonomia com a de seus clientes, neste caso e neste cenário de Belém do Pará, com os seus companheiros de ofício – os caixeiros.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) – *Auto de perguntas,* Belém. 1903; Belém, 29 de Agosto de 1906.

APEP – *Código de Polícia Municipal,* Belém. 1900.

APEP – *Secretaria Municipal de Belém. Fundo: Serviço Sanitário. Belém*. v. 2 (série: ofícios). 1915.

CARVALHO, João Marques de, 1997 – *Hortência*. Belém: CEJUP, SECULT.

Centro de Memória da Amazónia (CMA) – *Autos-crimes,* Belém. 1900; 1902; 1909.

CHALHOUB, Sidney, 1986 – *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense.

DIÁRIO de Notícias, Belém, 14 de fevereiro de 1888; 29 de dezembro de 1889, 18 de novembro de 1890, 13 de agosto de 1897.

FOLHA do Norte, Belém, 4 de Abril; 3 de janeiro; 15 de janeiro; 15 de abril.

HOBSBAWM, Eric, 1998 – *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*, 2 ed., São Paulo: Paz e Terra.

LEMOS, Antonio José de, 1903 – *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Typografia A. A. Silva.

LEMOS, Antonio José de, 1906 – *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal.

LEMOS, Antonio José de, 1908 – *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal.

O PARÁ e a Colônia Portuguesa, 1920. Belém.

RODRIGUES, Sílvio Ferreira, 2008 – *Esculápios tropicias: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919*. Pará: Faculdade de História, Universidade Federal do Pará (dissertação de Mestrado em História Social da Amazónia).

A PROVÍNCIA do Pará, 1908. Belém.

SALLES, Vicente, 1992 – *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão Pará*. Belém: CEJUP, Belém.

SARGES, Maria de Nazaré, 2000 – *Belém: Riquezas produzindo a belle époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu.

SEVCENKO, Nicolau, 1998 – *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.